

GERAIS

MAUS-TRATOS ENTRE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO NO ENSINO PRIVADO E PÚBLICO

MALTREATMENT AMONG FEMALE ADOLESCENTS IN PRIVATE AND PUBLIC EDUCATION

Fellipe Soares Salgado¹, Marina Rezende Bazon², André Vilela Komatsu³

RESUMO

Em função da idade e do gênero, adolescentes do sexo feminino são especialmente vulneráveis às violências, sobretudo aos maus-tratos (violência no âmbito das relações interpessoais). Neste estudo, objetivou-se descrever/caracterizar a ocorrência de maus-tratos entre estudantes do sexo feminino (n=1.174), com idade entre 11 e 18 anos, por meio do *Childhood Trauma Questionnaire - Brasil* (CTQ-Br). Do total das adolescentes, 87% de escolas privadas e 93% de públicas indicaram algum tipo de maus-tratos, especialmente abuso emocional e negligência emocional, havendo, para a maioria, coocorrências/polivitimização. A pontuação total no instrumento foi significativamente maior nas escolas públicas, assim como a proporção de abusos e/ou negligências em níveis de gravidade moderado/severo. Os resultados denotam uma grande porcentagem de adolescentes maltratadas e a maior vulnerabilidade daquelas de escolas públicas, entendendo o tipo de escola como indicador de classe socioeconômica. Estes resultados podem auxiliar nas discussões de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência.

Palavras-chave: Adolescentes; Gênero; Maus-tratos; Abusos; Negligências.

ABSTRACT

Due to age and gender, female adolescents are especially vulnerable to violence, particularly to maltreatment (the violence in the interpersonal relationships). The aim of this study was to describe/characterize the occurrence of maltreatment among female students (n=1,174), aged 11 to 18 years, through the Brazilian Child Trauma Questionnaire (CTQ-Br). Considering all the adolescents, 87% of private schools and 93% of public school indicated some abuse, especially Emotional Abuse and Emotional Neglect, existing for the majority co-occurrences/polyvictimization. The total score on the instrument was significantly higher in public schools, as was the proportion of abuses and/or neglect at moderate/severe levels. The results indicate a large percentage of maltreated adolescents and a greater vulnerability of those in public schools, considering the school type as an indicator of socioeconomic class. These can help discussions on public policies prevention and coping with violence.

Keywords: Adolescents; Gender; Maltreatment; Abuses; Neglects.

¹ Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto; fellipe.salgado@usp.br

² Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto; mbazon@ffclrp.usp.br

³ Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto; avk@usp.br

Introdução

A violência, nas suas mais diferentes manifestações, impacta, em grande medida, grupos sociais que se caracterizam pela maior vulnerabilidade (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinell, 2002). Nessa perspectiva, crianças e adolescentes compõem um segmento especialmente vulnerável porque, em razão da idade, são submetidos a circunstâncias familiares, escolares e comunitárias, as quais têm pouca condição de alterar (Agnew & White, 1992; Souza & Assis, 1996).

Na mesma esteira, crianças e adolescentes do sexo feminino são ainda mais vulneráveis, pois acumulam os atributos atrelados ao gênero (Araújo, 2005). O conceito de gênero se refere, sobretudo, ao caráter social das diferenças associadas ao masculino e ao feminino, relativas a papéis pensados como adequados para cada sexo, que influenciam as interações, as ações e as reações face aos indivíduos (Araújo, 2005). Ao longo da história da humanidade, desenvolveu-se, social e culturalmente, conforme explanam Silva, Falbo Neto e Cabral Filho (2009), uma associação do masculino com o homem, concebendo-o como forte/dominador/poderoso, e uma associação do feminino com a mulher, atribuindo-lhe características como frágil/submissa. Essas concepções fomentam dessemelhanças que tornam o terreno propício à violência contra as pessoas do sexo feminino, tendo por base uma maior aceitação desta, na sociedade (Araújo, 2005). Com isso, há um processo de naturalização da violência, inclusive por parte das próprias vítimas, justificando as ações violentas contra si ou silenciando-se diante dos abusos por medo de represália ou de serem desacreditadas e até mesmo responsabilizadas pela violência sofrida (Frias & Erviti, 2014). Este cenário conspira para reduzir a sensibilidade e a visibilidade à violência contra as crianças/adolescentes do sexo feminino (Gomes, Falbo Neto, Viana & Silva, 2006).

Ademais, sendo a ocorrência das violências contra esse segmento específico mais frequente no ambiente restrito do lar, no âmbito das relações interpessoais de maior proximidade, as denúncias e os registros delas é realmente mínimo.

Ou seja, há significativa subnotificação da problemática, o que implica o fato de os dados oficiais da violência contra meninas/adolescentes serem certamente bastante inferiores à realidade dos fatos (Silva et al., 2009). Isso dificulta a justa compreensão do fenômeno e, conseqüentemente, seu adequado manejo, levando em conta dados realistas sobre sua magnitude e suas características na comunidade (Gomes et al., 2006).

Poucos estudos baseados em uma abordagem de vitimização, indagando diretamente menores de idade, são detectados na literatura. Os poucos identificados (Armour et al., 2016; Chavez Ayala et al., 2009; Feng, Chang, Chang, Fetzner & Wang, 2015; Häuser, Schmutzer, Brähler & Glaesmer, 2011; Mills, Kisely, Alati, Strathearn & Najman, 2015; Flynn-O'Brien et al., 2016) lidam sempre com amostras de adolescentes, ou seja, com indivíduos com idade entre 12 e 18 anos, provavelmente por conta dos desafios metodológicos e éticos inerentes à investigação junto a indivíduos com idade inferior a 12 anos (Lavergne & Tourigny, 2000). Algumas destas investigações focalizam determinados tipos de abuso, em particular o sexual (Chavez Ayala et al., 2009; Mills et al., 2015), o físico (Flynn-O'Brien et al., 2016) e o sexual e o físico, concomitantemente (Armour et al., 2016).

Focalizando as informações concernentes aos adolescentes do sexo feminino, as taxas encontradas variam bastante de um estudo a outro. No que respeita ao abuso sexual, lidando sempre com amostras de adolescentes da população geral, as taxas foram de 3,6%, no México (Chavez Ayala et al., 2009), de 17,5% na Inglaterra (Armour et al., 2016) e de 30,6% na Austrália (Mills et al., 2015). Nas investigações com amostras mistas (Chavez Ayala et al., 2009; Mills et al., 2015), na comparação entre meninos e meninas, as taxas seriam sempre maiores para estas últimas. No que respeita ao abuso físico, as taxas seriam também bastante discrepantes: 4,1%, na Inglaterra (Armour et al., 2016) e cerca 70% no Haiti (Flynn-O'Brien et al., 2016). Na comparação entre meninos e meninas, feitas por Flynn-O'Brien et al. (2016), as taxas seriam equivalentes. Todavia, para o dobro da por-

centagem de meninas, o abuso físico associar-se-ia a ferimentos no corpo. Ou seja, elas seriam mais suscetíveis a formas mais graves de violência (ou a perceberem/interpretarem o abuso como grave).

Embora os estudos citados não tenham como objetivo explícito demonstrar qual forma de vitimização seria mais prevalente para cada sexo, sugerem que as adolescentes sofreriam mais abuso de natureza sexual que outras formas de vitimização, e que este tipo de abuso – tentado e/ou consumado – seria mais frequente nesse segmento que ao formado pelo sexo masculino. Essas tendências seriam, em alguma medida, corroboradas por estudos baseados em registros oficiais (Carvalho, Barros, Alves & Gurgel, 2009; Gawryszewski, Valencich, Carnevalle & Marcopito, 2012; Gomes et al., 2006; Justino et al., 2011; Martins & Jorge, 2010; Oliveira et al., 2014).

Contudo, denota-se nos estudos uma priorização das análises sobre os abusos sexuais em meninas. Do ponto de vista do gênero, pondera-se o quanto se privilegia um tipo de abuso, no caso o sexual, em detrimento de outros, tendo por base concepções a respeito desse fenômeno (Guimarães & Villela, 2011). Estudos voltados às outras formas de vitimização são, em geral, em menor quantidade. Apenas em dois estudos detectados, a exposição às diferentes modalidades de maus-tratos (abusos emocional, físico e sexual e as negligências física e emocional) foram sondadas, concomitantemente, em amostras de adolescentes da população, de ambos os sexos: Feng et al. (2015) na Tailândia e Häuser et al. (2011) na Alemanha. Em ambas as investigações, as taxas gerais encontradas são elevadas (91% e 68%, respectivamente), denotando o fato de que as sondagens em torno das diferentes modalidades de maus-tratos abarcam sempre uma proporção elevada de jovens, mesmo em contextos socioculturais tão diversos.

Fato é que as crianças/adolescentes do sexo feminino são também objeto de outras formas de maus-tratos, e isso precisa ganhar visibilidade. No estudo de Feng et al. (2015), por exemplo, 69,3% das jovens do sexo feminino relataram experiência de abuso emocional e 59,4% relataram experiência de negligência física e/ou a emocional. Frisam que, entre as adolescentes, estas formas de maus-tratos seriam significativamente mais frequentes que con-

tra os adolescentes (sexo masculino). Essas modalidades são também graves, pois se associam a consequências danosas, principalmente porque tendem a ser estáveis no tempo, estando vinculadas a interações disfuncionais, geralmente no contexto da família (Bazon, Faleiros & Pasian, 2013).

De todo modo, a literatura sublinha a importância de se considerar, para a maioria dos casos, o fenômeno da polivitimização, sobretudo em se tratando de crianças e adolescentes. Ou seja, é mais comum que um mesmo indivíduo seja acometido por mais de uma modalidade de maus-tratos (Finkelhor, Ormrod & Turner, 2007). Mais que a experiência de um único de tipo de maus-tratos, a experiência de vitimização múltipla destaca-se como importante fator de risco para problemas de comportamento (Ford, Elhai, Connor & Frueh, 2010) e até mesmo como preditor de transtornos mentais (Finkelhor, et al 2007; Finkelhor, et al 2010). No tocante aos gêneros, não existe consenso quanto ao fato de a polivitimização ser maior ou menor com meninas ou meninos, como aponta Finkelhor (2013), embora pesquisas apontem que os relatos e os efeitos da vitimização múltipla são mais frequentes em adolescentes do sexo feminino (Holt, Finkelhor & Kantor, 2006).

Mediante esses apontamentos, considera-se fundamental conhecer melhor e mais amplamente a ocorrência de vitimizações entre adolescentes do sexo feminino, especificamente aquelas no plano das relações interpessoais, compreendendo os abusos físicos, emocionais, sexuais e as negligências físicas e emocionais, ou seja, os denominados maus-tratos (World Health Organization [WHO], 2006). Nessa linha, o objetivo geral que norteou este trabalho foi o de descrever as ocorrências de maus-tratos em adolescentes do sexo feminino, no contexto sociocultural brasileiro. Os objetivos específicos foram identificar a proporção de adolescentes submetidas a qualquer uma das formas de maus-tratos privilegiadas no estudo, bem como a de adolescentes por modalidade, além das proporções de coocorrências na amostra como um todo e nas amostras por tipo de estabelecimento educacional (privado e público), assim como por nível de severidade da experiência de maus-tratos.

Método

Participantes

Neste estudo exploratório, de natureza transversal e descritiva, investigou-se um total de 1.174 adolescentes do sexo feminino, escolares, com idades entre 11 e 18 anos, com idade média de 14,47 anos (DP=1,98). As adolescentes foram recrutadas nas cidades de Juiz de Fora-MG e Ribeirão Preto-SP, Brasil, de modo a compor uma amostra de conveniência, não-probabilística. Nessas cidades, 449 adolescentes foram recrutadas em estabelecimentos educacionais da rede privada (282 adolescentes em Juiz de Fora; 167 em Ribeirão Preto), e 725 foram recrutadas em estabelecimentos da rede pública (321 em Juiz de Fora; 404 em Ribeirão Preto). A Tabela 1 sintetiza as características da amostra no tocante ao perfil socioeconômico, levando em conta a distribuição das adolescentes pelas diferentes classes propostas pelo Critério Brasil (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa [ABEP], 2014), na amostra total e nos dois tipos de estabelecimentos educacionais.

Tabela 1 - Distribuição das subamostras nas classes econômicas, por tipo de estabelecimento de ensino – Privado e Público

Classes	Estabelecimento			
	Privado		Público	
	n	%	n	%
A1	15	3	5	1
A2	146	33	28	4
B1	143	32	144	20
B2	108	24	289	40
C1	29	6	170	23
C2	7	2	74	10
D	1	0	13	2
E	0	0	2	0
Total	449	100	725	100

Instrumentos

Para a coleta de dados, empregou-se a versão em português do *Childhood Trauma Questionnaire - Brasil* (CTQ-Br). Este foi traduzido para o português por Grassi-Oliveira, Stein e Pezzi (2006), a partir da versão reduzida do instrumento, desenvolvida e validada por Bernstein et al. (2003), com base na versão original de Bernstein e Fink (1998),

e adaptado por Brodski, Zanon e Hutz (2010). O questionário é composto por 28 itens que cobrem cinco componentes principais ou escalas – Abuso Emocional (AE), Abuso Físico (AF), Abuso Sexual (AS), Negligência Emocional (NE), Negligência Física (NF). Do total de itens, sete são pontuados de forma reversa, devido ao seu sentido, sendo que cinco deles compõem a escala NE e dois NF. A definição original dos tipos de maus-tratos abordados, tal qual proposta por Bernstein e Fink (1998), foi mantida nas pesquisas no Brasil. Assim, o AE corresponde ao ataque (agressão) verbal, realizado por pessoa mais velha, ao senso de valor ou de bem-estar do indivíduo. Inclui qualquer forma de humilhação, degradação ou ameaça, sendo investigado por um total de cinco itens. Um exemplo de item nessa escala é “As pessoas da minha família me chamaram de coisas do tipo ‘estúpida’, ‘preguiçosa’ ou ‘feia’”. O AF corresponde à agressão ao corpo do indivíduo, realizada por pessoa mais velha, que risca ou efetivamente causa ferimento, sendo investigado por um total de cinco itens do instrumento. Um exemplo de item nessa escala é “Eu apanhei tanto de alguém da minha família que tive de ir ao hospital ou consultar um médico”. O AS refere-se a contato ou conduta desta natureza, realizada por pessoa mais velha. É frequente que tal contato/conduta implique coerção, mas isso nem sempre caracteriza essa experiência. Este construto é investigado por um total de cinco itens, sendo um exemplo deste: “Tentaram me tocar ou me fizeram tocar de uma maneira sexual”. A NE corresponde a falhas do cuidador para prover cuidados básicos, relativos a necessidades psicológicas e emocionais, tais como amor, encorajamento, pertencimento e apoio. Este é investigado por um total de cinco itens. Um exemplo é “Houve alguém na minha família que ajudou a me sentir especial ou importante” (com pontuação reversa). A NFa corresponde a falhas do cuidador para prover cuidados relacionados a necessidades físicas básicas, incluindo comida, segurança, abrigo, supervisão e saúde. Este é investigado por um total de cinco itens do instrumento. Um exemplo é “Eu não tive o suficiente para comer”. Três itens compõem uma escala de validade destinada a avaliar uma tendência do respondente a minimizar e/ou negar as experiências avaliadas pelos itens do instrumento.

Apropriado a adultos e adolescentes, o instrumento consiste em um *screening* relativo à experiência de abuso e/ou negligência, que possibilita obter uma medida quantitativa dos maus-tratos (frequência de ocorrência), assim como da ocorrência mista dos abusos e das negligências. No que tange a forma de resposta aos itens, o instrumento propõe uma escala do tipo Likert, de cinco pontos, na qual “nunca” vale um ponto, “poucas vezes” vale dois, “às vezes” vale três, “muitas vezes” vale quatro e “sempre” vale cinco. Essa gradação propicia maior ou menor pontuação em cada escala. Seguindo orientações do Manual do Instrumento, pode-se determinar níveis de severidade para cada tipo de maus-tratos, sendo esses níveis descritos da seguinte forma: *nenhum a mínimo, baixo a moderado, moderado a severo, severo a extremo*. A variação de escores em cada nível de severidade, para cada tipo de maus-tratos, é diferente e foi estabelecida no escopo de estudos de validade de critério, quando os dados coletados com o CTQ junto a uma amostra não-clínica, randomizada, de 1.225 mulheres, foi cruzado com dados obtidos a partir de uma entrevista em profundidade sobre traumas, aplicada independentemente (Bernstein & Fink, 1998).

As evidências de consistência interna do CTQ-Br para as escalas AF, AE e AS foram satisfatórias (variando de $r = 0,69$ a $r = 0,90$) (Brodski et al., 2010), para amostras não-clínica. Considerando todas as cinco escalas, incluindo NE e NF, as evidências também foram satisfatórias (variando de $r = 0,66$ a $r = 0,97$), para uma amostra mista (clínica e não-clínica) (Grassi-Oliveira et al., 2014). Quanto às evidências de validade de conteúdo, Grassi-Oliveira et al. (2006) assinalaram que todos os itens do instrumento obtiveram escores médios superiores aos esperados. A média da compreensão verbal total do instrumento foi de 4,86 ($\pm 0,27$), acima da média esperada (4,50).

No presente estudo, decidiu-se também calcular os Alfa de Cronbach de cada uma das cinco escalas do CTQ-Br a partir dos dados das 1.174 adolescentes investigadas, levando em conta o fato de que as evidências de consistência interna supramencionadas foram obtidas junto a amostras de indivíduos com idades diferentes. Para o instrumento como um todo, o valor alfa obtido foi de 0,75, que pode ser considerado aceitável. Tra-

tando as escalas separadamente, em quatro delas os alfas foram bastante satisfatórios ($AE = 0,80$; $AF = 0,75$; $AS = 0,86$; $NE = 0,81$), indicando boa confiabilidade. Em NF, contudo, o valor foi de 0,44, denotando pouca consistência desta escala em específico.

Procedimentos

A coleta de dados aconteceu em oito escolas, duas privadas e duas públicas, em cada uma das cidades referidas, entre os meses de fevereiro e dezembro de 2015. As adolescentes recrutadas, que se dispuseram a participar da pesquisa e que haviam sido autorizadas por seus pais/responsáveis, eram encaminhadas em pequenos grupos a uma sala disponibilizada pela instituição de ensino para a realização da pesquisa. Nesse local, os instrumentos – folha de perguntas e de respostas – eram entregues às jovens, de modo a serem respondidos por elas, individual e autonomamente.

Os dados assim coletados foram organizados em planilhas digitais e examinados com o auxílio do *Statistical Package of Social Sciences* (SPSS, versão 22.0). Foram realizadas análises descritivas para a caracterização da amostra em relação à frequência dos abusos e negligências. Buscou-se observar as ocorrências e as coocorrências na amostra como um todo e nas subamostras, considerando os tipos de estabelecimento educacional (privado e público). O mesmo foi realizado para os níveis de severidade dos maus-tratos. Para identificar diferenças entre os tipos de estabelecimentos de ensino, foram realizadas comparações entre as médias em cada escala e também o escore total do CQT-Br, por meio do teste *t de Student*. Por último, as proporções de adolescentes em cada nível de severidade de maus-tratos foram comparadas por meio do teste *Qui-Quadrado*, considerando os resíduos padronizados ajustados, para identificar as diferenças significativas. Para todas as análises, adotou-se como significativas as diferenças ao nível de 0,05.

O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), de acordo com o processo CAAE número 43894315.5.00005407.

Resultados

A tabela 2 apresenta as frequências e porcentagens de ocorrências das diferentes formas de maus-tratos na amostra como um todo e por tipo de estabelecimento de ensino, levando em conta o escore mínimo de cinco, em cada uma das escalas, de acordo com as proposições feitas no Manual

do Instrumento (Bernstein & Fink, 1998). Nota-se que 91% do total das adolescentes relataram alguma experiência de maus-tratos. Chama a atenção que as modalidades mais frequentes na amostra total e nas subamostras, segundo os tipos de estabelecimento educacional, são NE e o AE.

Tabela 2 - Distribuição das ocorrências das modalidades de maus-tratos na amostra total e por tipo de estabelecimento – privado e público

Modalidade	Estabelecimento					
	Total		Privado		Público	
	N	%	n	%	n	%
Qualquer maltrato**	1068	91	390	87	678	94
Nenhum maltrato	106	9	59	13	47	6
NE	938	80%	326	73%	612	84%
AE	817	70%	311	69%	506	70%
NF	527	45%	141	31%	386	53%
AF	471	40%	132	29%	339	47%
AS	160	14%	46	10%	114	16%
Dois tipos de maus-tratos	316	27	136	30	180	25
Três tipos de maus-tratos	293	25	106	24	187	26
Quatro tipos de maus-tratos	217	18	54	12	163	22
Um tipo de maltrato	169	14	80	18	89	12
Cinco tipos de maus-tratos	73	6	14	3	59	8

** Ocorrência de qualquer uma das modalidades de vitimização.

Nota. AE=Abuso Emocional, AF=Abuso Físico, AS=Abuso Sexual, NE=Negligência Emocional, NF=Negligência Física.

A tabela 3 mostra as frequências e as porcentagens das coocorrências das diferentes modalidades de maus-tratos. Na amostra total, assim

como nas subamostras, nota-se que as coocorrências mais prevalentes são aquelas envolvendo AE, AF e as formas de negligência (NE e NF).

Tabela 3 - Distribuição das coocorrências entre as diferentes modalidades de maus-tratos na amostra total e por tipo de estabelecimento – privado e público

	Número de coocorrências	Total (n = 899)		Privada		Pública	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%
AE, NE	2	173	15	92	20	81	11
AE, AF, NE, NF	4	162	14	37	8	125	17
AE, AF, NE	3	131	11	47	10	84	12
AE, NE, NF	3	119	10	46	10	73	10
NE, NF	2	88	7	21	5	67	9
AE, AF, AS, NE, NF	5	73	6	14	3	59	8
AE, AS, NE, NF	4	31	3	9	2	22	3
AE, AF	2	20	2	9	2	11	2
AE, AF, AS, NE	4	18	2	8	2	10	1
AF, NE	2	18	2	4	1	14	2

continua...

continua...

	Número de coocorrências	Total (n = 899)		Privada		Pública	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%
AF, NE, NF	3	15	1	2	0	13	2
AE, AS, NE	3	9	1	7	2	2	0
AE, AF, NF	3	8	1	2	0	6	1
AE, NF	2	8	1	6	1	2	0
AE, AF, AS, NF	4	5	0	0	0	5	1
AE, AF, AS	3	4	0	2	0	2	0
AS, NE	2	4	0	2	0	2	0
AF, NF	2	3	0	2	0	1	0
AS, NE, NF	3	3	0	0	0	3	0
AE, AS	2	2	0	0	0	2	0
AE, AS, NF	3	2	0	0	0	2	0
AF, AS, NE	3	2	0	0	0	2	0
AF, AS, NE, NF	4	1	0	0	0	1	0

Nota. AE=Abuso Emocional, AF=Abuso Físico, AS=Abuso Sexual, NE=Negligência Emocional, NF=Negligência Física.

A tabela 4 mostra os escores médios obtidos em cada escala, assim como no instrumento como um todo, em cada tipo de estabelecimento.

Em todas as comparações, os escores médios nos estabelecimentos públicos foram significativamente maiores que nos privados.

Tabela 4 - Comparação das médias em cada escala do CTQ-Br, por estabelecimento de ensino – Privado e Público

Escala CTQ-BR	Privado			Público			t	df	I.C. 95%		
	n	M	DP	n	M	DP					
Abuso Emocional	448	8,08	4,03	725	8,75	4,49	2,65	1022,79	0,17	1,17	*
Abuso Físico	449	5,81	2,23	725	6,43	2,97	4,07	1128,82	0,32	0,92	**
Abuso Sexual	449	5,30	1,94	725	5,57	2,67	1,99	1142,16	0,00	0,53	*
Negligência Emocional	449	8,89	4,46	725	10,98	5,36	7,22	1074,93	1,52	2,66	**
Negligência Física	449	5,95	1,84	725	6,97	2,60	7,80	1151,17	0,76	1,27	**
CTQ-BR Total	448	34,04	10,11	725	38,70	11,88	7,16	1058,78	3,38	5,93	**

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

A tabela 5 sintetiza os dados referentes às ocorrências das modalidades de maus-tratos por nível de severidade, para as adolescentes da amo-

tra como um todo e por tipo de estabelecimento de ensino.

Tabela 5 - Distribuição das frequências e porcentagens das modalidades de maus-tratos por nível de severidade, na amostra como um todo e por tipo de estabelecimento – privado e público

Modalidades	Estabelecimentos						X ² (g; p)
	Total		Privado		Público		
	n	%	n	%	n	%	
Abuso Emocional							15,9 (3; 0,03)
Mínimo*	714	61	302 (3,6)	67	412 (-3,6)	57	
Baixo	269	23	90 (-1,8)	20	179 (1,8)	25	
Moderado*	100	9	27 (-2,4)	6	73 (2,4)	10	

continua...

Modalidades	Estabelecimentos						X ² (g; p)
	Total		Privado		Público		
	n	%	n	%	n	%	
Severo	90	8	29 (-1,2)	6	61 (1,2)	8	17,3 (3; 0,01)
Abuso Físico							
Mínimo*	957	82	393 (4,2)	88	564 (-4,2)	78	7,8 (3; 0,49)
Baixo*	122	10	31 (-3,1)	7	91 (3,1)	13	
Moderado	50	4	14 (-1,5)	3	36 (1,5)	5	
Severo*	45	4	11 (-1,9)	2	34 (1,9)	5	
Abuso Sexual							
Mínimo*	1015	86	402 (2,4)	90	613 (-2,4)	85	43,6 (3; 0,00)
Baixo	71	6	25 (-0,5)	6	46 (0,5)	6	
Moderado	56	5	15 (-1,8)	3	41 (1,8)	6	
Severo*	32	3	7 (-1,9)	2	25 (1,9)	3	
Negligência Emocional							
Mínimo*	660	56	302 (6)	67	358 (-6)	49	42,2 (3; 0,00)
Baixo*	292	25	94 (-2,5)	21	198 (2,5)	27	
Moderado	96	8	30 (-1,5)	7	66 (1,5)	9	
Severo*	126	11	23 (-4,9)	5	103 (4,9)	14	
Negligência Física							
Mínimo*	860	73	374 (6,1)	83	486 (-6,1)	67	
Baixo*	177	15	51 (-2,8)	11	126 (2,8)	17	
Moderado*	97	8	19 (-3,9)	4	78 (3,9)	11	
Severo*	40	3	5 (-3,4)	1	35 (3,4)	5	

Em parênteses, os resíduos padronizados ajustados.

* Linhas com proporções significativamente diferentes

Na amostra como um todo, as ocorrências das diferentes formas de vitimização teriam acontecido mais frequentemente em um nível de severidade considerado *mínimo*, sendo esse seguido pelo *baixo*, pelo *moderado* e, por fim, *severo*, que concentrou as menores porcentagens de respostas. Na comparação entre as subamostras, em todas as modalidades, houve diferença estatisticamente significativa em pelo menos dois dos níveis de severidade estabelecidos. Nas cinco modalidades de maus-tratos, a proporção de adolescentes do ensino privado foi maior para o nível de severidade *mínimo*, enquanto que em todos os demais níveis (*baixo*, *moderado* e *severo*), quando estatisticamente diferentes, as proporções de adolescentes de escolas públicas foram maiores.

Discussão

No presente estudo, propôs-se descrever e caracterizar a ocorrência de maus-tratos em adolescentes do sexo feminino, estudantes em escolas

privadas e públicas. A investigação abrangeu três modalidades de abuso – o físico, o emocional e o sexual – e duas de negligência – a emocional e a física –, bem como seus níveis de severidade, segundo as proposições inerentes ao *Childhood Trauma Questionnaire* (CTQ), instrumento padronizado e adaptado para o Brasil (CTQ-Br). Na amostra como um todo, 91% das adolescentes relataram ter vivido alguma das experiências de maus-tratos, proporção bastante alta, denotando a importância do problema, em termos de magnitude.

Empregando o mesmo instrumento que o aqui utilizado, junto a uma grande amostra de adolescentes de ambos os sexos, Häuser et al. (2011), na Alemanha, encontraram uma taxa de 68,2%. Ainda que elevada, esta é menor que a detectada no presente estudo, o que pode, de algum modo, indicar panoramas socioculturais diferentes, concernindo à proteção dos direitos de crianças/adolescentes. A taxa idêntica à aqui apresentada foi encontrada por Feng et al. (2015) na Tailândia,

embora tal investigação também tenha se baseado em dados de uma amostra mista, coletada com outro instrumento.

No presente estudo, a NE (80%) e AE (70%) seriam as formas mais frequentes de maus-tratos, na amostra como um todo, assim como nos dois tipos de estabelecimentos de ensino, alinhando-se também aos achados de Feng et al. (2015). Estes autores apontam que a percepção das formas emocionais de maus-tratos é, em geral, maior no sexo feminino, caracterizando, talvez, um aspecto de gênero importante (Feng et al., 2015).

Esse panorama chama a atenção para problemáticas que têm recebido pouca atenção social e acadêmica, ainda que os dados dos quais se dispõe indiquem que representam situações danosas ao desenvolvimento psicossocial do indivíduo, principalmente porque se estendem no tempo, na medida em que, via de regra, remetem a padrões de interação estabelecidos no ciclo de convivência com os próximos, geralmente os pais/responsáveis (Faleiros et al., 2009). Segundo Feng et al. (2015), adolescentes do sexo feminino relatando viver abuso emocional e negligência emocional associam a experiência a menor apoio e cuidado parental, mais que os do sexo masculino.

A terceira modalidade mais prevalente, tanto na amostra total quanto nas subamostras, foi NF (respectivamente 45%, 31% e 53%). Todos os resultados referentes à NF, no presente estudo, devem, contudo, ser tomados com cautela ante as evidências de consistência interna encontradas para esta escala. Seus itens apresentam fraca correlação entre si, indicando que o conjunto é pouco consistente para mensurar o construto. O modo como esta escala, em específico, foi construída pode estar gerando problemas. Dos cinco itens que a compõem, dois apresentam-se como frases afirmativas (ex.: “Houve alguém para me levar ao médico quando eu precisei.”), pontuando de forma reversa, o que contrasta com outros itens que se apresentam como frases negativas (ex.: “Eu não tive o suficiente para comer”), pontuando de forma direta. Tais inversões comumente confundem os respondentes, o que pode concorrer para a incongruência nas respostas (Sonderer, Sanderman & Coyne, 2013). Esta hipótese é fortalecida na me-

didada em que os itens invertidos correlacionaram-se mais entre si do que com os outros.

A quarta modalidade mais prevalente, em seu turno, seria o AF (40% na amostra total; 29% nas escolas privadas; 47% nas escolas públicas). Na esteira da ampla aceitação dos castigos físicos como forma de educar/disciplinar os filhos, em várias sociedades, os abusos físicos constituem-se em modalidade recorrente de maus-tratos. Com a idade, da infância à adolescência, essa forma perde, contudo, espaço para outros tipos de abuso, como o emocional, assim como para a própria negligência dita educacional (Faleiros, Matias & Bazon, 2009), o que talvez justifique que, no presente estudo, a modalidade apareça depois do Abuso Emocional e das Negligências. No tocante a esta forma, especificamente, chama a atenção o fato de a taxa, na escola pública, ser bastante maior que na particular. Diferenças nos modos de conceber as relações parento-filiais e o desenvolvimento dos filhos decorrem de valores forjados no contexto social, econômico, histórico e cultural no qual cada família está inserida (Braz, Dessen & Silva, 2005). Entendendo que o tipo de estabelecimento de ensino diferencie – ainda que grosseiramente – a amostra em termos de classes sociais, o dado talvez reflita costumes mais consolidados nas classes menos favorecidas, referentes a métodos de disciplina mais punitivos (Charak & Koot, 2014; Guimarães & Villela, 2011; Taillieu et al., 2014).

O Abuso Sexual, apesar da grande ênfase que recebe na literatura da área, foi, no presente estudo, a modalidade de maus-tratos que apresentou as menores taxas (14% na amostra total; 10% nas escolas privadas; 16% nas escolas públicas), na mesma direção do encontrado por Häuser et al. (2011). Não se trata de minimizar a importância deste tipo de abuso, mas de ponderar sobre o fato de que, muitas vezes, a luz lançada sobre esta modalidade de maus-tratos às adolescentes termina por ofuscar as outras modalidades, sendo que essas também causam sofrimento e consequências negativas. O abuso sexual é a modalidade de maus-tratos mais estudada nacional e internacionalmente, sendo indicada como a mais prevalente entre as jovens do sexo feminino, segundo dados oficiais (Carvalho et al., 2009; Gawryszewski et al., 2012;

Gomes et al., 2006; Justino et al., 2011; Martins & Jorge, 2010; Oliveira et al., 2014). Essa discrepância entre as cifras oficiais e as autorrelatadas (como as encontradas no presente estudo) pode indicar uma seletividade dos casos denunciados na comunidade e registrados no sistema de proteção. A seletividade estaria ligada a questões de gênero e dificuldade que as crianças e adolescentes do sexo feminino sejam atendidas também por sofrerem outras formas de abusos e em razão das negligências (Martins & Jorge, 2010; May-Chahal, 2006).

Focalizando a problemática por tipo de estabelecimento de ensino, destaca-se, primeiramente, que uma proporção menor de adolescentes de escolas públicas (7%), em comparação com as escolas privadas (13%), referiu não ter sido submetida a qualquer uma das formas de maus-tratos. Em outras palavras, uma proporção maior de adolescentes das escolas públicas referiu ter a experiência de maus-tratos. Ainda, nesta subamostra, as pontuações médias em cada uma das modalidades foram significativamente maiores. Desconhece-se pesquisas anteriores que tenham comparado os escores no CTQ-Br entre adolescentes de escolas públicas e privadas; assim, não se tem parâmetro de outro estudo para discutir os dados aqui encontrados. Na linha do já mencionado, é possível que as diferenças entre os tipos de estabelecimentos estejam associadas aos diferentes *backgrounds* sócio/econômico/cultural atinentes às concepções sobre formas de criar os filhos.

Conforme o observado na Tabela 1, as classes socioeconômicas menos favorecidas, compreendidas entre B2 a E, segundo os parâmetros do Critério Brasil (ABEP, 2014), foram mais representativas nas escolas públicas pesquisadas. Em grande medida, essas classes representam famílias compostas por pais/responsáveis com mais baixa renda e escolaridade. Assim, é possível cogitar que as adolescentes de escolas públicas sejam majoritariamente oriundas de famílias que têm menos recursos socioeconômicos, o que implicaria maior nível de adversidade ao funcionamento familiar, suscetível de dificultar/deteriorar o cuidado dispensado pelos pais/responsáveis – monitoramento e disciplina – aos filhos, conforme sugere Gomes e colegas (2006), fomentando práticas mais inadequadas.

De todo modo, em ambos os tipos de estabelecimento de ensino, as formas de maus-tratos mais frequentemente assinaladas pelas adolescentes foram as mesmas que as indicadas para a amostra total (Abuso Emocional, Negligência Emocional e Negligência Física). Ademais, a maioria, em ambos os tipos de estabelecimento de ensino, teria a experiência da coocorrência de maus-tratos, envolvendo, sobretudo, dois tipos (30% na escola privada; 25% na escola pública) e três tipos de maus-tratos (24% na escola privada; 26% na escola pública). Na subamostra formada por adolescentes de escolas privadas, as combinações mais frequentes seriam AE/NE (incidindo em 20% da subamostra) e, na sequência, as combinações AE/NE/AF e AE/NENF (ambas incidindo em 10% da subamostra). Naquela formada pelas adolescentes de escolas públicas, as combinações mais frequentes, diferentemente, seriam AE/AF/NE/NF (incidindo em 17% da subamostra) e, na sequência, AE/AF/NE (incidindo em 12% da subamostra) e AE/NE (incidindo em 11% da subamostra).

Três importantes aspectos são depreendidos destes dados: a polivitimização parece ser uma realidade do fenômeno em foco, lembrando, conforme mencionado, que a incidência de mais de um tipo de maus-tratos para um mesmo indivíduo se associa mais fortemente a consequências negativas/sequelas desenvolvimentais (Finkelhor et al 2007; Finkelhor et al 2010); entre as adolescentes de escolas públicas, a coocorrência implica mais modalidades que entre as adolescentes das escolas privadas; as combinações mais prevalentes – em ambas as subamostras – envolvem, via de regra, os abusos emocionais e as negligências emocionais e físicas, reiterando a ideia de que seriam as modalidades mais importantes em termos de magnitude, na amostra estudada.

O abuso emocional, além de pouco estudado, é, de forma geral, uma modalidade de maus-tratos pouco denunciada/registrada nos sistemas de proteção, uma vez que, normalmente, se expressa de modo sutil, sendo seu reconhecimento/sua identificação dependente de critérios ainda mal operacionalizados, perpassados por muita subjetividade (Costa et al., 2007). Quanto à negligência e às suas diferentes expressões, ainda

que se possa dizer que se trata de uma das formas de maus-tratos mais recorrentes e mais registradas nos sistemas de proteção, mundo afora, ela também recebe pouca atenção nos planos social e científico (Bazon, Faleiros & Pasian, 2013). Todavia, é sabido, segundo os estudos disponíveis sobre essas modalidades de maus-tratos, que elas se atrelam a consequências diversas e sérias para o desenvolvimento humano, porque, em geral, se processam como formas crônicas de violência.

Cumprir destacar que as taxas de maus-tratos indicadas resultam da sensibilidade do instrumento utilizado, que, além de apreender as diferentes experiências, também indica seus níveis de severidade, desde o menos impactante até o mais grave (Bernstein & Fink, 1998). Nesse sentido, observou-se maior concentração de jovens que relataram abusos e negligências passíveis de serem classificados em nível de severidade *baixo* e menor concentração de jovens que relataram as mesmas situações em nível de severidade *moderado* ou *severo*. Esse padrão era esperado e também ocorreu no estudo alemão, com amostra representativa, usando o mesmo instrumento (Häuser et al., 2011).

Focalizando os tipos de estabelecimento educacional, buscou-se também identificar a quantidade de adolescentes para cada nível de severidade de maus-tratos. Em termos estatísticos, pode-se dizer que os abusos e as negligências em *nível mínimo* foram mais prevalentes entre as adolescentes de escola privada, ao passo que os abusos, à exceção do Emocional, e as negligências em *nível severo* foram mais prevalentes entre as adolescentes de escola pública. O AE, especificamente, seria mais prevalente entre as adolescentes de escola pública quando em nível de severidade *moderado*. Esses dados permitem afirmar que, nas escolas públicas estudadas, há mais adolescentes mais gravemente expostas às diversas situações que constituem os maus-tratos, pois estas seriam mais frequentes.

Reiterando o já mencionado, entendendo que o tipo de estabelecimento de ensino seja um indicador de nível socioeconômico, pode-se aventar que a violência, mesmo aquela de natureza interpessoal, como é o caso dos maus-tratos, embora bastante difundida na sociedade, tem como vítimas preferenciais indivíduos mais vulneráveis.

Além da idade e do gênero, a classe social é uma variável relevante nesse sentido (WHO, 2006). Corroborando este raciocínio, no estudo equivalente ao aqui apresentado realizado na Alemanha, encontrou-se que pertencer a estratos socioeconômicos menos favorecidos predizia as formas severas de abusos e de negligências em adolescentes (Häuser et al., 2011).

Considerações finais

De forma geral, o presente estudo contribuiu com uma análise exploratória dos maus-tratos em adolescentes do sexo feminino, a partir de dados revelados pelas próprias jovens. Até onde se tem conhecimento, pesquisas como esta, abrangendo todas as formas de abuso e de negligência, são inexistentes no Brasil, o que confere especial importância aos dados aqui apresentados. Ademais, tentou-se enfrentar o desafio de envolver diferentes estratos sociais, contando com uma amostra robusta, discriminada em subamostras por tipo de estabelecimento de ensino – público e privado, de dois municípios, de dois estados diferentes da nação. Acredita-se que, assim, se conseguiu estabelecer um conhecimento mais amplo do fenômeno, menos marcado por vieses de classes sociais. Uma melhor representação da população em foco - adolescentes do sexo feminino - permitiu uma visão mais realista do fenômeno.

O estudo tem como limitação o fato de as informações terem sido acessadas junto a uma única fonte, as adolescentes, por meio de autorrelato. Pesquisas que lidem, concomitantemente, com diferentes fontes de informação, tais como os registros oficiais (casos notificados) e os relatos de profissionais que trabalham com adolescentes (numa abordagem *by proxy*), podem vir a fornecer dados mais completos sobre o fenômeno, oferecendo um quadro mais amplo de considerações. Além disso, o fato de ter abordado tão somente adolescentes do sexo feminino implica limites ao conhecimento e à discussão, mesmo que o estudo tenha uma perspectiva de gênero. Pesquisas com amostras mistas têm a vantagem de possibilitar comparações e estas dão pistas importantes sobre as especificidades de gênero. Assim, novas investigações nesse campo podem levar em conta esses apontamentos.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S. & Martinell, C. C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO, 1-192.
- Agnew, R. & White, H. R. (1992). An empirical test of general strain theory. *Criminology*, 30, 475-500.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17, 41-52.
- Armour, C., Müllerová, J., Fletcher, S., Lagdon, S., Burns, C. R., Robinson, M. & Robinson, J. (2016). Assessing childhood maltreatment and mental health correlates of disordered eating profiles in a nationally representative sample of English females. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 51(3), 383-393.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa [ABEP]. (2014). *Critério de classificação econômica Brasil*. Recuperado de <http://www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx>
- Bazon, M. R., Faleiros, J. M. & Pasian, M. S. (2013). Problematizando a face mais insidiosa da violência contra as crianças: a negligência – conceito(s), características e consequências. In: M. H. P. Ponzilacqua (Org.). *Violência doméstica, agressão sexual e direito: da constatação ao enfrentamento pela perspectiva transdisciplinar* (pp. 69-86). Curitiba: CRV.
- Bernstein, D. P., Stein, J. A., Newcombc, M. D., Walker, E., Pogge, D., Ahluvalia, T., Stokes, J., Handelsman, L., Medranoh, M., Desmondh, D. & Zule, W. (2003). Development and validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. *Child Abuse & Neglect*, 27, 169-190.
- Bernstein, D. & Fink, L. (1998). *Childhood trauma questionnaire: a retrospective self-report*. San Antonio, TX: The Psychological Corporation.
- Braz, M. P.; Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005) Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 8(2), 151-161.
- Brodski, S. K., Zanon, C. & Hutz, C. S. (2010). Adaptação e validação do Questionário sobre Traumas na Infância (QUESI) para uma amostra não clínica. *Avaliação Psicológica*, 9(3), 499-501.
- Carvalho, A. C. R., Barros, S. G., Alves, A. C. & Gurgel, C. A. (2009). Maus-tratos: estudo através da perspectiva da delegacia de proteção à criança e ao adolescente em Salvador, Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 539-546.
- Charak R. & Koot H. M. (2014). Abuse and neglect in adolescents of Jammu, India: the role of gender, family structure, and parental education. *Journal of Anxiety Disorders*, 28, 590-598.
- Chavez Ayala, R., Rivera-Rivera, L., Angeles-Llerenas, A., Díaz-Cerón, E., Allen-Leigh, B. & Lazcano Ponce, E. (2009). Factores del abuso sexual en la niñez y la adolescencia en estudiantes de Morelos, México. *Revista de Saúde Pública*, 43(3), 506-514.
- Costa, M. C. O., Carvalho, R. C., Bárbara, J. F. R. S., Santos, C. A. S. T., Gomes, W. A. & Sousa, H. L. (2007) O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1129-1141.
- Elbedour, S., Abu-Bader, S., Onwuegbuzie, A. J., Abu-Rabia, A. & El-Aassam, S. (2006). The scope of sexual, physical, and psychological abuse in a Bedouin-Arab community of female adolescents: The interplay of racism, urbanization, polygamy, family honor, and the social marginalization of women. *Child Abuse & Neglect*, 30(3), 215-229.
- Faleiros, J. M., Matias, A. S. A. & Bazon, M. R. (2009). Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações

- do setor educacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, 337-348.
- Feng, J. Y., Chang, Y. T., Chang, H. Y., Fetzer, S. & Wang, J. D. (2015). Prevalence of different forms of child maltreatment among Taiwanese adolescents: a population-based study. *Child Abuse & Neglect*, 42, 10-19.
- Finkelhor, D; Ormrod, R. K. & Turner, H. A. (2010) Lifetime assessment of poly-victimization in a national sample of children and youth. *American Journal of Preventive Medicine*, 38(3)323-330.
- Finkelhor, D; Ormrod, R. K. & Turner, H. A. (2007) Poly-victimization: a neglected component in child victimization. *Child Abuse & Neglect*, 31(1), 7-26.
- Finkelhor, D. (2013) Developmental Victimology: The comprehensive Study of Childhood Victimization. In: Robert C. Davis, Arthur J. Lurigio, Susan Herman (Eds.) *Victims of Crime* (31). California: SAGE.
- Ford, J. D., Elhai, J. D., Connor, D. F. & Frueh, B. C. (2010) Poly-victimization and risk of posttraumatic, depressive, and substance use disorders and involvement in delinquency in a national sample of adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 46(6), 545-52.
- Frias, S. M. & Erviti, J. (2014). Gendered experiences of sexual abuse of teenagers and children in Mexico. *Child Abuse & Neglect*, 38, 776-787.
- Gawryszewski, V. P., Valencich, D. M. O., Carnevalle, C. V. & Marcopito, L. F. (2012). Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 58, 659-665.
- Gomes, M. L. M., Falbo Neto, G. H., Viana, C. H. & Silva, M. A. (2006). Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um Serviço de Apoio à Mulher, Recife, Pernambuco. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 6, 27-34.
- Grassi-Oliveira, R., Cogo-Moreira, H., Salum, G. A., Brietzke, E., Viola, T. W., Manfro, G. G., ... Arteche, A. X. (2014). Childhood Trauma Questionnaire (CTQ) in Brazilian Samples of Different Age Groups: Findings from Confirmatory Factor Analysis. *PLoS ONE*, 9, e87118.
- Grassi-Oliveira, R., Stein, L. M. & Pezzi, J. C. (2006). Tradução e validação de conteúdo da versão em português do Childhood Trauma Questionnaire. *Revista de Saúde Pública*, 40, 249-255.
- Guimarães, J. A. T. L. & Villela, W. V. (2011). Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 27, 1647-1653.
- Häuser, W., Schmutzer, G., Brähler, E. & Glaesmer, H. (2011). Maltreatment in childhood and adolescence: results from a survey of a representative sample of the German population. *Deutsches Ärzteblatt*, 108, 287-294.
- Holt, M. K., Finkelhor D. & Kantor G. K. (2007) Multiple victimization experiences of urban elementary school students: associations with psychosocial functioning and academic performance. *Child Abuse & Neglect*, 31(5), 503-15
- Justino, L. C. L., Ferreira, S. R. P., Nunes, C. B., Barbosa, M.A. M., Gerck, M. A. S. & Freitas, S. L. F. (2011). Violência sexual contra adolescentes: notificações nos conselhos tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32, 781-787.
- Lavergne, C. & Tourigny, M. (2000). Incidence de l'abus et la négligence envers les enfants: recension des écrits. *Criminologie*, 33(1), 47-72.
- Martins, C. B. G. & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 19, 246-255.

- May-Chahal, C. (2006). Gender and child maltreatment: the evidence base. *Social Work and Society International Online Journal*, 4(1). Recuperado de <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0009-11-5399>
- Mills, R., Kisely, S., Alati, R., Strathearn, L. & Najman, J. (2015). Self-reported and agency-notified child sexual abuse in a population-based birth cohort. *Journal of Psychiatric Research*, 74, 87-93.
- Monteiro, S., Matos, A. P. & Oliveira, S. (2015). The moderating effect of gender: traumatic experiences and depression in adolescence. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 165, 251-259.
- Moore, S. E., Scott, J. G. Aliz, A. J. F., Mills, R., Dunneh, M. P., Erskinea, H. E. & Normanm, R. E. (2015). Burden attributable to child maltreatment in Australia. *Child Abuse & Neglect*, 48, 208-220.
- Flynn-O'Brien, K. T., Rivara, F. P., Weiss, N. S., Lea, V. A., Marcelin, L. H., Vertefeuille, J. & Mercy, J. A. (2016). Prevalence of physical violence against children in Haiti: A national population-based cross-sectional survey. *Child Abuse Neglect*, 51, 154-162.
- Oliveira, J. R., Costa, M. C. O., Amaral, M. T. R., Santos, C. A., Assis, S. G. & Nascimento, O. C. (2014). Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 759-771.
- Rodrigues, J., Brino, L., Faria, R. & Williams, L. C. A. (2006). Concepções de sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16, 229-240.
- Rosenthal, J. A. (1996). Qualitative descriptors of strength of association and effect size. *Journal of Social Service Research*, 21, 37-59.
- Silva, M. A., Falbo Neto, G. H. & Cabral Filho, J. E. (2009). Maus tratos na infância de mulheres vítimas de violência. *Psicologia em Estudo*, 14, 121-127.
- Sonderen, E., Sanderman, R. & Coyne, J. (2013). Ineffectiveness of Reverse Wording of Questionnaire Items: Let's Learn from Cows in the Rain. *PLoS One*, 8(7).
- Soares, A. L. G., Howe, L. D., Matijasevich, A., Wehrmeister, F. C., Menezes, A. M. B. & Gonçalves, H. (2016). Adverse childhood experiences: prevalence and related factors in adolescents of a Brazilian birth cohort. *Child Abuse & Neglect*, 51, 21-30.
- Souza, E. & Assis, S. G. (1996). Mortalidade por violência em crianças e adolescentes do Município do Rio de Janeiro. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 45(2), 85-94.
- Taillieu, T. L., Afifi, T. O., Mota, N., Keyes, K. M. & Sareene, J. (2014). Age, sex, and racial differences in harsh physical punishment: Results from a nationally representative United States sample. *Child Abuse Neglect*, 38, 1885-1894.
- Waytt, G. E. (1985). The sexual abuse of Afro-American and White American women in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 9(4), 507-519.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., Brandenburg, O. J. & Zocche, C. R. E. (2002). Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. *Psico-USF*, 7, 163-173.
- World Health Organization [WHO]. (2006). *Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Recuperado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43499/1/9241594365_eng.pdf

Recebido em: 18/08/2016

Aceito em: 09/03/2017